



**PROJETO DE LEI Nº 139/2023 DE 20 DE SETEMBRO DE 2023.**

**AUTORIA: Vereador Rubens Uchôa**

Dispõe sobre afixação de cartaz, em todas as unidades de saúde públicas e privadas do município de Palmas, esclarecendo que aborto é crime.

**A CÂMARA MUNICIPAL DE PALMAS DECRETA:**

**Art. 1º** As unidades hospitalares públicas e privadas situadas no Município de Palmas, deverão afixar cartaz informativo em local visível com a mensagem de que aborto é crime previsto no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, ressalvados os casos autorizados em seu art. 128, e com as penas para o referido crime, previstas nos arts. 124 a 127 do mesmo código, destacando a frase "Amor à vida".

**Art. 2º** Para os fins desta Lei, consideram-se unidades de saúde públicas e privadas os seguintes locais:

I - hospitais;


II - postos de saúde;

III - unidades de pronto atendimento - UPAs.

**Art. 3º** Na regulamentação desta Lei, o Poder Executivo estabelecerá os critérios para que sejam realizadas as confecções e instalações necessárias e previstas nesta Lei, bem como as penalidades para o seu descumprimento.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMAS, Gabinete do Vereador Rubens Uchôa, aos vinte dias do mês de setembro de 2023.

  
**RUBENS UCHÔA**  
Vereador

**RECEBEMOS**  
Em 21/9/2023  
Regina



## JUSTIFICATIVAS

O presente projeto de Lei Ordinária, ora apresentado, tem como objetivo informar a todos os cidadãos palmenses que “ABORTO É CRIME” previsto no Código Penal vigente em nosso País, e a pena para o respectivo crime, determinada nos artigos 124 a 127, bem como, os casos autorizados por lei insculpido no art. 128 do CP, sendo obrigatório em todas as unidades de saúde públicas e privadas a fixação de cartazes em locais visíveis esclarecendo a população.


O que se pretende promover é, antes de tudo, o direito à informação, sobre a proteção da vida do nascituro desde a sua concepção, sendo um direito fundamental consagrado em diversos diplomas legais nacionais e internacionais, independentemente de sua condição financeira, credo, cor, etnia ou raça.

Existem no mundo várias declarações que preceituam a proteção da vida do nascituro desde a sua concepção, tais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, a Declaração Universal dos Direitos da Criança de 1959 e a Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989, que preveem a necessidade de proteção e cuidados especiais, inclusive a devida proteção legal, para a criança, tanto antes quanto após seu nascimento; a Convenção Americana sobre Direitos Humanos de 1969, que erige o direito de toda pessoa à vida desde a sua concepção.

No Brasil não é diferente, a Constituição da República Federativa do Brasil em seu art. 5º, que consagra o direito universal à vida, à liberdade e à segurança; o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/1990, em seus artigos 7º e 8º, que asseguram o direito da criança à vida e à saúde mediante políticas públicas de promoção do desenvolvimento, e o nascimento sadio e harmonioso; o Código Civil em seu art. 2º, que dispõe que o nascituro é sujeito de direitos, desde a concepção; e o Código Penal em seu art. 124 e seguintes, que erigiu a vida da criança por nascer como bem jurídico penalmente tutelado.

Diante dos fatos expostos venho pedir para a aprovação dos nobres colegas a este Projeto de Lei.

Câmara Municipal de Palmas, Gabinete do Vereador Rubens Uchôa, aos vinte dias do mês de setembro de 2023.

  
**RUBENS UCHÔA**  
Vereador